



Norton Guimarães, irmão de Honestino, depõe perante a comissão instalada pela OAB-DF

Busca por Honestino colhe depoimentos

Antonio Vital

O primeiro processo aberto em Brasília com a finalidade de localizar um preso político desaparecido durante o período militar teve início na noite de ontem, com o depoimento do engenheiro eletrônico Norton Guimarães, o irmão de Honestino Guimarães, estudante da UnB, preso em 1973, no Rio de Janeiro, quando era presidente da UNE, União Nacional dos Estudantes. O depoimento foi prestado perante a Comissão de Direitos Humanos da OAB, que pretende, com a ajuda de outras entidades, convocar, nas próximas semanas, autoridades que ocupavam postos-chave na hierarquia militar da época, para obter pistas do paradeiro do corpo do estudante, dado como morto.

O processo foi aberto na quinta-feira e é o primeiro de uma série que pretende localizar também pistas a respeito de outros três desaparecidos políticos de Brasília; os estudantes Ieda Delgado, Paulo de Tarso Celestino e Walter Ribeiro. Honestino é o nome mais conhecido dos quatro e recebeu, no ano passado, o título de Estudante-Símbolo do DF, concedido post-mortem pelo governador Joaquim Roriz. Seu nome foi dado, também, ao DCE, Diretório Central dos Estudantes, da UnB. Norton diz que

isto faz com que o caso deixe de ser assunto particular de sua família e passe a ser um problema que diz respeito a toda a sociedade.

Presos

Honestino era o mais velho de três irmãos, filhos da dona-de-casa Maria Rosa Leite Monteiro, hoje com 64 anos. Todos os três tinham ativa participação política no DF. Norton foi presidente do Decesb, Diretório Central dos Estudantes Secundaristas do DF, em 1968, e Luiz Carlos, o segundo mais velho, foi presidente do Centro dos Estudantes do Elefante Branco, no mesmo período. Todos os dois mais novos foram presos no DF após o desaparecimento de Honestino, e pressionados para abandonar as investigações a respeito de seu paradeiro. Norton disse ontem que chegou a ser torturado durante uma noite inteira por homens do PIC, Pelotão de Investigações Criminais do Exército, em Brasília.

Norton viu o irmão pela última vez em julho de 1973. Ele tinha 22 anos na época e havia ido ao Rio de Janeiro levar a Honestino, então vivendo na clandestinidade, um passaporte falso, para que pudesse sair do País. Emocionado, ele lembra que o irmão reagiu com indignação à perspectiva de exilar-se. "Ele fez, com as mãos, o gesto de um relógio batendo e disse que o mecanismo poderia parar se faltas-

se uma única peça", conta. O encontro foi realizado em uma praia.

Procura

Honestino vivia há quatro meses no Rio, junto com outras quatro pessoas. Todos foram presos e todos desapareceram. Honestino foi preso em outubro por agentes do Cenimar, Centro de Informações da Marinha, e mantido em cárcere pelo menos até dezembro do mesmo ano, quando a família soube notícias suas pela última vez. Um policial em Brasília havia dito a sua mãe que poderia visitá-lo na época do Natal. A família se dirigiu ao Rio e não o encontrou, passando os próximos quatro meses a procurá-lo em prisões em São Paulo e Brasília, sem sucesso.

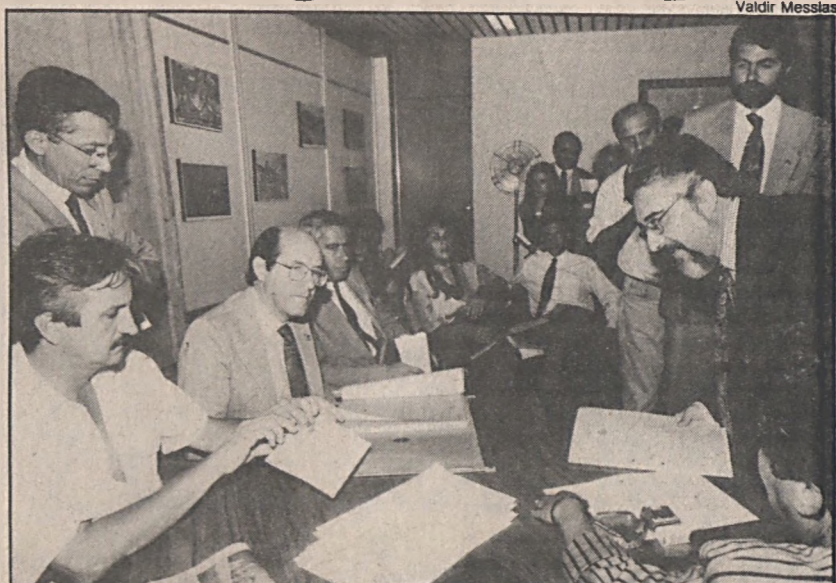
O relator do processo aberto pela OAB, Antônio Carlos de Alcântara Castro, vai pedir à Secretaria de Segurança Pública do DF acesso aos documentos reservados desta época, a fim de encontrar alguma pista do paradeiro de Honestino. Ele acha, porém, que as informações relevantes devem estar guardadas nos arquivos do PIC, da Polícia Federal e da Marinha. As investigações estão sendo apoiadas pela Comissão de Desaparecidos da Câmara dos Deputados e, na próxima semana, os membros pedirão ajuda ao governador Joaquim Roriz e ao ministro da Justiça, Célio Borja.

Ministério também guarda arquivo

A professora do Departamento de História da Universidade de Brasília, Geralda Dias Aparecida, afirmou ontem que a maior parte dos documentos relativos à repressão política ocorrida na instituição encontra-se no Ministério da Educação. "Pela análise do conteúdo dos arquivos da Assessoria de Segurança e Informações da UnB, pode-se concluir, com certeza, que grande parte de informações sobre alunos, professores e funcionários ficou sob responsabilidade da Divisão de Segurança e Informações do MEC", disse.

A declaração da professora foi feita após a solenidade de assinatura do projeto de abertura dos arquivos da ASI. A cerimônia foi transformada em ato político pelos alunos expulsos em 1976 e 1977, que, com o apoio de parlamentares federais e distritais, protocolaram ontem no Palácio do Buriti solicitação ao governador Joaquim Roriz para franquear ao público acesso aos documentos da Secretaria de Segurança Pública sobre repressão política.

"A abertura dos arquivos da UnB é o início do exercício da democracia da recuperação da história da repressão em Brasília. Há nos documentos da ASI a comprovação da importância que a UnB



Deputados e ex-alunos na abertura dos arquivos da ASI/UnB

tinha para o extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) e da espionagem à comunidade acadêmica. Queremos agora que este movimento se amplie", disse Davi Emerich, representando os ex-alunos da universidade.

Neste sentido, ele encaminha ao Ministério da Educação, na próxima semana, solicitação ao minis-

tro José Goldemberg de acesso aos documentos da Divisão de Segurança e Informações sob sua responsabilidade. "Tudo isso me traz de volta o momento de cidadão de quando era jovem. É bom saber que a democracia pela qual lutamos está se fazendo hoje na prática", disse o bancário Virgílio Ribeiro Neto, ex-aluno da UnB.